



Desmistificando os “Paradoxos” da
Economia de Moçambique: *uma análise
de economia política*

Carlos Nuno Castel-Branco

Conference Paper nº 42

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE

“MOÇAMBIQUE: ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL”

(4 & 5 de Setembro de 2012)



www.iese.ac.mz

Desmistificando os “paradoxos” da economia de Moçambique: *uma análise de economia política*

Carlos Nuno Castel-Branco

carlos.castel-branco@iese.ac.mz, carlos.castelbranco@gmail.com

III Conferência Internacional do IESE

Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional

Maputo, 4-5 de Setembro de 2012

Estrutura da Apresentação

- Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências (slides 2-16)
- “Paradoxos” da economia de Moçambique (17-23)
- À procura de explicações para os paradoxos (18-30)
- Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – a “economia extractiva” (31-49)
- Implicações para redistribuição do rendimento (50-62)
- Apêndice: respostas a algumas questões do debate (63-71)
- Bibliografia de consulta (72)

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- Um ponto de entrada para começar a pensar em questões relevantes sobre a economia de Moçambique é identificar as inconsistências e contradições não explicadas pela maneira comum de pensar no seu funcionamento geral.
- Algumas das percepções comuns sobre a economia (do tipo “dada a condição X e o mecanismo f de transmissão, o efeito Y deve resultar”) são as seguintes:
 - Se a economia cresce rapidamente e por um longo período, os cidadãos dessa economia devem estar a ficar mais ricos, a economia deve estar a ficar mais diversificada, e a produtividade geral da economia deve, igualmente, estar a aumentar rapidamente.
 - Se o rendimento *per capita* aumentar rapidamente e de forma sustentada no tempo sem que desigualdade monetária (distribuição do rendimento nominal por segmento da população, dado pelo coeficiente de Gini) aumente, a pobreza tem que estar a reduzir a um ritmo proporcional ao crescimento.

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- Se o rendimento *per capita* estiver a crescer rapidamente de forma diversificada, o emprego deve estar a aumentar para vários tipos e níveis de qualificações, e ligações e diversidade tecnológicas devem estar a desenvolver-se.
- Se este crescimento do rendimento for impulsionado por exportações e, dada a diversificação, estiver a gerar substituição efectiva de importações (ou ligações a montante e jusante), então a economia deve estar a ficar mais sustentável num ritmo de algum modo proporcional ao crescimento.
- E assim por diante. Estes são exemplos de relações mais ou menos esperadas, consistentes com uma certa maneira de pensar na economia.

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- O que é que acontece se as observações (a realidade observável) não forem consistentes com estas expectativas? O que se faz se a maneira comum de pensar no funcionamento geral da economia não conseguir explicar as contradições entre o observável e as expectativas? À volta destes paradoxos (contradições entre o observável e o esperado que não são explicáveis pelas abordagens comuns) vão surgir as interrogações mais relevantes e interessantes sobre a economia.
- Estes paradoxos referem-se a contradições essenciais (não apenas a diferenças de magnitude) com as expectativas.

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- Neste caso, temos que questionar o que pensamos que sabemos e começar de novo:
 - Ou as “observações”, no sentido de percepção/medição (do Mundo real, podemos ter não mais do que aquilo que “medimos” – em sentido lato – desse Mundo real), estão “erradas”.
 - Ou a maneira de pensar no problema, que conduz às observações, está errada.
 - Ou a maneira de pensar no funcionamento da economia – que liga um fenómeno mensurável (por exemplo, crescimento do PIB per capita) com outro fenómeno mensurável (por exemplo, redução da % da população que vive com menos de US\$ 1 por dia) por via de um mecanismo de transmissão (por exemplo, a distribuição do rendimento nominal por segmento da população) – está errada.
- Então, paradoxos são um bom ponto por onde começar a interrogar as contradições da economia e dos paradigmas de análise. Se as expectativas diferem do observável; e se o paradigma não consegue explicar estas contradições, então temos um ponto de partida interessante para a análise.
- Existem paradoxos na economia de Moçambique? Sim, claramente.

“Paradoxos” da economia de Moçambique

“Factores positivos”

- Δ PIB per capita média dos últimos 10 anos $\approx 5,5\%$ (Δ acumulado \approx de 71% para o período) e coeficiente de Gini $\approx 0,42$ (alto, mas sem alteração)
- Investimento privado $\approx 10+$ biliões de USD nos últimos 10 anos
- Inflação a um dígito, $\approx 7,5\%$ média por ano desde 2002
- Elasticidade das exportações relativamente ao investimento aumentou significativamente com impacto na melhoria da balança comercial

“Paradoxo” correspondente

- Redução do índice de pobreza nos últimos 10 anos: estatísticas divergem de acordo com método, mas resultado em cada caso mostra alta e crescente ineficácia do Δ PIB em reduzir pobreza; População pobre $\approx + 2$ milhões; Severidade da pobreza com tendência a aumentar; significativa diferenciação entre zonas.
- Produção alimentar per capita deteriorou, em média, 0,7% ao ano nos últimos 10 anos (Δ acumulado \approx de -8% para o período); produtividade média na economia (sem grandes projectos) não aumentou; criação líquida de novos empregos: estatística varia muito e é de muito má qualidade, mas indica crescimento pouco empregador; contracção da diversificação e articulação produtiva e da substituição de importações (ligações a montante e jusante)
- Inflação de bens alimentares $\approx 11,3\%$ ao ano, média, desde 2002 ($\approx 50\%$ mais alta que inflação média). Aumento da desigualdade na distribuição real do rendimento e redução das possibilidades de crescimento intensivo em trabalho.
- Défice da balança de pagamentos não reduziu proporcionalmente e tende a aumentar quando as grandes empresas são mais lucrativas; taxa de cobertura das importações (excluindo grandes projectos) é apenas 10% melhor do que era no fim da guerra (20 anos atrás); saída de capitais (lícita e ilícita) equivale entre 7% e 9% do PIB por ano, absorvendo todo o crescimento; base fiscal desligada da produção; financiamento do Estado via dívida ou donativo.

“Paradoxos” da economia de Moçambique

- Apesar do forte crescimento económico, um dos mais fortes em África, sem agravação da desigualdade monetária, no período em análise a pobreza não reduziu substancialmente em nenhum dos elementos fundamentais (proporção, número de pessoas, severidade). O número de pobres aumentou consideravelmente (com acentuadas diferenças entre regiões), apesar de o aumento da pobreza ser ligeiramente inferior ao aumento da população. Como se explica isto?
- Apesar do forte investimento privado, um dos mais fortes em África, a base produtiva afunilou, ligações a jusante e montante (substituição de importações) reduziram, e a economia não é mais capaz do que antes de se “alimentar” – alimentar as pessoas e os processos produtivos.
- Apesar de o novo grande investimento ser praticamente todo orientado para exportação, o défice da balança de pagamentos não parece responder ao aumento da elasticidade das exportações relativamente ao investimento. A economia não está significativamente mais capaz de importar e não absorve os ganhos com as exportações, além de não conseguir substituir importações; a base fiscal está desligada da produção; logo, os equilíbrios macroeconómicos tradicionais continuam a ser mantidos por via da ajuda externa e dívida.

“Paradoxos” da economia de Moçambique

- Há indícios que, em alguns anos – particularmente quando os mega projectos são mais rentáveis – o saldo líquido de fluxos de capitais tende a ser negativo (quer dizer, o que sai da economia supera o que entra, mesmo quando todo o IDE e a ajuda externa são contabilizados). Isto deve-se ao efeito das transferências lícitas (permitidas por lei via incentivos fiscais) e ilícitas (violação da lei, como, por exemplo, subvalorização das receitas e sobrevalorização dos custos das grandes empresas). No total, estima-se que a economia perca 7%-9% do PIB anualmente por efeito das saídas lícitas e ilícitas de capitais.
- Apesar do défice crónico e agudo da balança de pagamentos e da fraca absorção dos ganhos de exportações, a moeda nacional apreciou relativamente a algumas das principais moedas de troca internacionais, e tem-se mantido num nível considerado sobrevalorizado. Como se explica isto?

À procura de soluções para os “paradoxos

- Se existe um (ou mais) paradoxo(s), que interrogações são levantadas sobre o que sabemos, como pensamos e que perguntas fazemos? A investigação tende a evoluir para eliminar o(s) paradoxo(s), isto é, para encontrar respostas lógicas e consistentes dentro do sistema, ou construir uma nova explicação (ou novo sistema de análise) que não sofra deste(s) paradoxo(s).
- Uma das abordagens é questionar a informação. Até aqui, as correcções à informação sobre a economia de Moçambique fizeram variar a magnitude das inconsistências e contradições, mas não conseguiram eliminá-las nem explicá-las.

À procura de soluções para os “paradoxos

- Outra correcção aos dados será a substituição do Produto Interno Bruto (PIB), pelo Produto Nacional Bruto (PNB). Este método reduz significativamente a taxa de crescimento do valor acrescentado da economia nacional, pelo que é possível argumentar que as taxas de redução da pobreza e de crescimento da economia (medido pelo PNB) não estão tão desalinhas como quando o crescimento económico é medido pelo PIB. O uso do PNB é interessante como opção, mas:
 - Não resolve a questão da elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento económica estar a reduzir significativamente, pois o nível de pobreza ainda é demasiado alto para se poder recorrer ao argumento de retornos decrescentes;
 - Introduce outro problema – porque é que o PNB é significativamente menor que o PIB e a sua taxa de crescimento é muito mais suave que a do PIB?

Portanto, a introdução do PNB não explica os paradoxos mas, ajuda a revelar novas dimensões desses paradoxos.

À procura de soluções para os “paradoxos”

- Outras abordagens procuram resolver os paradoxos assumindo que a contradição real resulta de algum erro ou choque conjuntural e particular (portanto, não há paradoxo mas um factor de distorção removível, e procuram soluções (remoção do factor de distorção) para cada uma das contradições isoladamente das outras). Em qualquer dos casos, a aparente solução de um problema, isoladamente de outro, cria sempre outras contradições. Portanto, esta abordagem, paradoxo a paradoxo, que não reconhece a natureza sistemática das contradições (e, com esta “falta” de reconhecimento, pretende que não há paradoxos) e também não consegue responder às questões.

À procura de soluções para os “paradoxos”

- Portanto, as contradições persistem e as tentativas de explicá-las mudando indicadores e parâmetros, ou abordando cada contradição isoladamente, não resolvem o problema da análise e tende a agravá-lo.
- É, portanto, necessário um fio condutor comum que explique a relação e associação entre os vários fenómenos e paradoxos e os explique e resolva. É improvável que cada coisa aconteça por si, e que a economia tenha tantas contradições internas em equilíbrio por longo tempo. Deve, e tem que, haver uma explicação para o conjunto e não apenas para cada uma das partes isoladamente.
- Quer dizer, os “paradoxos” devem ser apenas aparentes porque não existe uma contradição entre factos que não seja explicável pelo comportamento geral da economia...desde que o quadro analítico da economia seja adequado. Logo, é necessário olhar para o quadro analítico e, muito provavelmente, alterá-lo.

À procura de soluções para os “paradoxos

- Moçambique está numa fase de construção social e histórica que é dominada pela luta e pela contradição entre os processos de acumulação capitalista inicial rápida e a satisfação das necessidades mais básicas das pessoas de uma maneira geral. Este conflito é tão mais visível quanto a maioria da população vive abaixo da linha da pobreza, e a maioria dos que estão acima dessa linha são extremamente vulneráveis e podem cair na pobreza profunda facilmente.
- Ao mesmo tempo, as classes média e capitalistas (bastante pequenas numericamente) estão em expansão e consolidação e têm uma base de rendimento ou acumulação predominantemente especulativa e rendeira. Estes grupos dominam as instituições, a vida política, o controlo do acesso a recursos, a informação sobre os recursos e o investimento, os processos legislativos, as ligações internacionais e as ligações económicas mais fortes.
- Mas estas contradições são de natureza social, política e económica – quer dizer, elas são geradas pelo modo de acumulação económica. Portanto, a existência destas contradições não significa a existência de paradoxos. Pelo contrário, estas contradições são perfeitamente explicáveis, desde que o modo de análise da economia mude.

À procura de soluções para os “paradoxos”

- Alcançar esta explicação requer quatro mudanças fundamentais no método de análise: (i) tratar da totalidade antes das partes e assumir que o todo e as partes estão orgânica e coerentemente relacionados; (ii) focar no sistema de acumulação isto é, do sistema de produção, apropriação, distribuição, utilização e reprodução cumulativa do excedente, e tratá-lo como unitário (quer dizer, os elementos do processo de acumulação são diferentes fases e momentos da unidade, e não questões separadas entre si); (iii) eliminar preconceitos iniciais e procurar a consistência entre o que aparentemente não faz sentido – se existe, faz sentido (ou existiria apenas por breve período ou não generalizado); é o método de análise que pode por ou tirar sentido nas coisas. Portanto, o foco da análise deve incidir sobre a descrição consistente do que existe e não sobre o que está em falta; e (iv) a unidade do sistema de acumulação requer uma análise de economia política, isto é, como é que as forças sociais e políticas e as relações de poder, propriedade e controlo se relacionam entre si e com as ligações e pressões económicas, formando o sistema de acumulação.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Se em vez de prestarmos atenção apenas às **taxas** de variação (do PIB, da pobreza, da inflação média, do investimento, etc.) concentrarmos a atenção nos **padrões** de variação (que, além das taxas, incluem a composição social, económica e técnica da variação a níveis desagregados), descobrimos o fio condutor que une os vários “factores positivos” e “paradoxos” da economia, isto é, como é que crescimento económico rápido e sustentado no tempo e as altas taxas de investimento são consistentes com pobreza, dependência (do Estado mas, muito maior ainda, do investimento privado), fragilidade económica geral e afunilamento da base produtiva.
- Isto é, é necessário encontrar o fundamento das mudanças, variações e transformação económica, e das contradições económicas e sociais a elas associadas, com base numa análise da lógica de funcionamento do sistema económico nacional e local, na perspectiva de que é mais importante compreender as dinâmicas sociais, económicas e políticas do que medir a taxa de variação da riqueza e da pobreza. Esta é a única base sobre a qual podem assentar políticas efectivas de solução das .

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- No essencial, o argumento que a seguir se apresenta pode ser resumido no seguinte: o sistema de acumulação (produção, apropriação, distribuição, utilização e reprodução cumulativa do excedente) em Moçambique está articulado predominantemente em torno da ligação entre o capital nacional e internacional que, por razões históricas, gera uma economia de natureza extractiva que, por construção, é porosa. As políticas públicas (monetária, fiscal e de investimento) exacerbam a porosidade da economia o que reproduz, em cada ciclo económico, o seu carácter extractivo e poroso, e assim por diante. Logo, pobreza, dependência e fragilidade económica mais geral são produtos do sistema de acumulação em vez de serem “paradoxos”.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- A ligação de dependência entre o capital nacional e internacional emerge do contexto histórico específico do desenvolvimento do capitalismo nacional em Moçambique: débil no período colonial, desencorajado na primeira década após a independência nacional, rendeiro e dependente da privatização formal, informal e, por vezes, ilegal dos activos produtivos e financeiros do Estado na primeira década de reformas económicas, e, a partir da segunda década de reformas económicas, necessitando de rápida e significativa capitalização e mercados de grande escala para poder sobreviver em face da penetração do grande capital internacional.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- O acesso privado aos recursos naturais é garantido pelo propriedade pública desses recursos, que os torna flexíveis, baratos e acessíveis para as elites políticas e económicas. Na ausência de uma estrutura produtiva diversificada e de uma estrutura financeira desenvolvida, o acesso e o controlo dos recursos naturais (incluindo por via da expropriação da propriedade pública e da pequena propriedade pessoal) tornou-se no mais seguro “capital” da burguesia capitalista emergente em Moçambique. Esta particularidade histórica combina-se organicamente com o interesse do grande capital na extracção de recursos naturais e reproduz um padrão de desenvolvimento do passado colonial ligado a uma economia especializada na exportação de produtos primários não processados, *commodities*, e com fracas ligações internas.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Neste quadro, o historicamente recente interesse do grande capital nacional pelas reservas de recursos minerais e hidrocarbonetos é uma particularidade histórica e não uma mudança de paradigma de desenvolvimento. Quer dizer, o carácter extractivo da economia está enraizado na estrutura de produção e acumulação criada com a penetração do capitalismo em Moçambique desde o início do séc. XX.
- A economia de Moçambique é extractiva na medida em que a produção, o emprego, as qualificações, as infraestruturas, a logística, as finanças, o comércio, a geração e apropriação de rendas e o sistema mais geral de acumulação estão construídos para serem consistentes com uma base produtiva crescentemente afunilada, desarticulada entre si, que não alimenta a economia como um todo e não processa e transforma, que extrai e se organiza eficazmente para extrair e para acumular o excedente em mais extracção, mas que não cria.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Esta definição aplica-se não apenas às indústrias extractivas clássicas (mineiras, hidrocarbonetos), mas a toda a economia. Portanto, “economia extractiva” não depende do domínio da indústria extractiva sobre a economia. Esta análise é consistente com os dados estatísticos já inúmeras vezes apresentados:
 - Afunilamento, nível primário de actividade e desarticulação em todas as actividades económicas; actividades económicas competem entre si por recursos, infra-estruturas e rendas; porosidade (incapacidade de mobilizar e utilizar na economia como um todo o excedente gerado para acumulação) está criada.
 - Fluxos de capitais privados são predominantemente externos e orientados para as actividades extractivas. Recursos são alocados ao capital a baixo custo (fiscal). Pequena % dos ganhos de capital é reinvestida, sobretudo na reprodução da economia extractiva (infra-estruturas e serviços). Estado expropria-se ara privatizar rendas e poder sobre recursos. Porosidade é agravada e reproduz-se dependência de fluxos externos de capitais.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Dado que o capital nacional emergente se desenvolve em relação com e na dependência do capital internacional, os interesses e oportunidades objectivos de ambos coincidem no essencial, podendo diferir, essencialmente, no que diz respeito à partilha das rendas dos recursos entre si. As práticas do governo de usar os recursos naturais para promover “empreendedores” privados nacionais, em vez de se ocupar com a socialização das rendas e sua utilização e reprodução, exacerba esta aliança que se torna política e económica. As parcerias público-privadas no grande investimento de infra-estruturas, com o Estado a suportar as dívidas e o grande capital a gerar lucros, é consistente com o padrão de acumulação. Portanto, projectos como a grande circular de Maputo, a ponte da KaTembe, o metro de Maputo, a linha férrea Sul-Norte, os US\$ 5 biliões em infraestruturas para o carvão, os grandes aeroportos, a entrega da concessão da linha do corredor de Nacala à empresa Vale Moçambique, etc., fazem sentido económico no quadro da reprodução de um modo de acumulação extractivo. Mas não resolvem o problema dos transportes públicos, das ligações entre aldeias, mercados e entre centros produtivos, do desenvolvimento da base intermodal de transporte que ligue a economia nacional, da diversificação da base produtiva.

Quer dizer, estas aplicações de recursos são racionais e consistentes com a reprodução de um certo modo de acumulação – por isso a economia cresce depressa – mas não servem para transformar a economia e a sua base social – por isso a economia afunilou e a pobreza mais ou menos estagnou.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- A dependência externa do orçamento do Estado é explicada com esta base – a incapacidade de mobilizar e reproduzir recursos domésticos. Mas esta incapacidade não é dada nem é natural. Ela vem na sequência das opções económicas, isto é, da opção feita pela utilização dos recursos naturais como plataforma de acumulação privada num contexto extractivo em prejuízo da acumulação social num contexto de diversificação e articulação da base produtiva. Mas o Estado tem que manter-se legítimo e realizar parte do seu papel de fornecer bens públicos úteis à reprodução do capital. A ajuda externa joga o papel perverso de permitir um capitalismo sem responsabilidade fiscal e social (o equivalente nas economias desenvolvidas são os severos cortes na despesa social pública, que em Moçambique seriam impossíveis de aplicar sem uma crise humanitária sem precedentes e sem uma revolta generalizada).

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Em face da “crise da ajuda externa” (política e fiscal), o governo tem que recorrer à mobilização de créditos comerciais internacionais que (1) aumentam o custo financeiro do financiamento do Estado; (2) distorcem a política pública de investimento a favor dos grandes projectos de investimento, consolidando a economia extractiva e porosa.
- Alternativamente, o governo recorre ao endividamento doméstico, que contribui para agravar os custos do capital, gerar um sistema financeiro com maior apetência especulativa e colocar pressões para apreciação da taxa de câmbio (agravando a que resulta da esterilização de fluxos externos de capital).
- Há, evidentemente, uma solução para este dilema de financiamento público, que é a mobilização da base fiscal ociosa que já existe (não a futura, que é futura, mas a actual, que está disponível agora), nomeadamente: a que depende da renegociação dos acordos fiscais com os mega projectos, a que depende do aumento substancial das taxas de terra para explorações comerciais de grande envergadura, a que depende da tributação dos lucros da actividade financeira e da exploração passiva da propriedade, a que depende de uma gestão mais racional dos recursos naturais (como será discutido na apresentação seguinte).

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Os fluxos de recursos monetários externos, conjugados com o défice público, conspiram com a tendência monetarista do Bando Central para gerar uma política de enxugar a liquidez da economia para financiar o défice e manter os alvos de inflação. Esta política acelera o processo de financeirização do capitalismo em Moçambique – o sistema financeiro torna-se especulativo, os grupos económicos nacionais de maior envergadura crescem especulando com activos financeiros associados a recursos naturais e infra-estruturas, o metical aprecia reduzindo a competitividade da economia em tudo o que não seja extractivo, o custo do capital aumenta para todos os que têm que recorrer à banca nacional. Logo, as alternativas de diversificação e articulação produtiva são substancialmente reduzidas.
- A política monetária tenta atingir dois objectivos com uma acção – conter a inflação em face do quadro macroeconómico descrito e funcionar como almofada anti-revolta por manter as importações de bens básicos de consumo a baixo custo. Mas o preço disto é a incapacidade de produzir e de gerar emprego em grande escala (competitivo, produtivo e decente). Dada a porosidade da economia, sem ajuda financeira externa, sem dívida e sem enxugar liquidez da economia (com os custos sociais enormes já explicados), não é possível sustentar um nível crescente de importações de bens de consumo que a geração massiva de emprego iria implicar.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Portanto, como é observável desta análise, todos os processos estão associados entre si e não podem ser pensados separadamente. Ao pensar em soluções, sectoriais ou outras, a questão a sério é como é que as tais soluções enfrentam estes problemas.
- Por exemplo, qual é o papel da agricultura e como é que ele pode ser construído (em vez de assumido)? Como é que uma agricultura produtora de bens alimentares a baixo custo, associada a um sistema logístico que permita apoiar a produção e transformação dos produtos agrícolas, a sua conservação e circulação a baixo custo dentro da economia, pode alimentar processos de rápida proletarização com aumentos significativos dos rendimentos reais dos trabalhadores mesmo que os rácios salário/produto se mantenham competitivos?

Numa economia em que as grandes rendas vão, ou podem, provir dos recursos minerais, deverá a agricultura ter como foco a exportação de bens primários? Ou, alternativamente, deverá ser um ponto de partida para diversificação e articulação da base produtiva e aprofundamento dos processos de industrialização?

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Quer dizer, o quadro analítico utilizado para descrever a economia extractiva como modo de funcionamento da economia de Moçambique resolve os paradoxos no sentido em que os explica (portanto, as contradições deixam de ser paradoxos). Mas as contradições permanecem na sua dimensão de conflito social, político e económico, embora sejam contradições perfeitamente explicadas pelo modo de acumulação.
- Esta análise tem implicações directas para a formulação de política económica – a irrelevância de “receitas” desenvolvidas fora do quadro de economia política, por melhor intencionadas e tecnicamente competentes que tais “receitas” sejam. O processo de acumulação de capital é económico, social e político – explicações económicas ou institucionais fora deste quadro mais completo actuam como uma lista de ingredientes independentemente do bolo que se pretende fazer; ou como um receita de bolo que esteja desligada dos ingredientes disponíveis.



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz